

PINTO, P. G. Hilu da Rocha, *Islã: Religião e Civilização – uma abordagem antropológica*, Aparecida, São Paulo, Editora Santuário, 2010, 232pp.

Francirosy Campos Barbosa Ferreira¹
USP – FFCLRP

O livro *Islã: Religião e Civilização*, de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, nos revela um significativo panorama sobre o que é o Islã e suas ramificações. Infelizmente, o mercado editorial brasileiro não tem acompanhado o crescimento de pesquisas que vêm sendo realizadas em comunidades brasileiras por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas. Neste sentido, este livro é pontual, pois auxilia tanto conhecedores no tema, quanto leigos interessados em conhecer mais sobre o Islã e os muçulmanos.

O autor toma por base sua pesquisa etnográfica realizada desde 1999, inicialmente com grupos Sufis, na Síria, e posteriormente em comunidades islâmicas no Brasil, a partir de 2003, além de outros campos pontuais que vão desde cidades europeias às cidades islamizadas.

O objetivo de Pinto é buscar compreender as práticas, os discursos e as subjetividades de todos aqueles que se identificam como muçulmanos, procurando escapar de explicações religiosas dogmáticas. Sendo assim, foge dos estereótipos vinculados pelos orientalistas e das análises estigmatizantes pós-11 de Setembro.

Segundo o autor, alguns dados estatísticos apontam que os muçulmanos são aproximadamente 1,3 bilhão, ultrapassando o número de católicos, de acordo com dados do próprio Vaticano (p. 24). A região com o maior número de muçulmanos é o subcontinente indiano, onde

há cerca de 400 milhões de fiéis que se distribuem por Paquistão, Bangladesh, Índia e Sri Lanka. O país com maior população muçulmana é a Indonésia, onde cerca de 90% dos seus 200 milhões de habitantes seguem o Islã. Existem entre 5 e 6 milhões de muçulmanos nos EUA e 1 milhão na Espanha; já na América Latina, Argentina e Brasil despontam como países com o maior número de muçulmanos, 750.000 mil e 1 milhão, respectivamente. Ainda que constituam estimativas, as estatísticas revelam certamente o crescimento da religião.

Pinto indaga: como compreender o Islã enquanto fenômeno social? É este o objeto a partir do qual seu livro vai discorrer, trazendo referências importantes no campo da antropologia da religião (pós-colonialista), como Talal Asad, que busca analisar como os referenciais religiosos são articulados em um modelo normativo inscrito na história, ou seja, em uma tradição.

Como é impossível definir o Islã, o autor parte das subtradições religiosas (Sunismo, Xiismo e Sufismo) e suas transformações contemporâneas e, desta forma, contribui para o entendimento do leitor não acadêmico, pois vai constituindo as diferenças do chamado “Islã plural”, como afirmou Enzo Pace (2005).

O primeiro capítulo dedica-se a explicar a constituição da tradição desde a revelação dos cinco pilares que todo muçulmano deve seguir. A vida do profeta Muhammad e o Alcorão ganham destaque nesta primeira parte. Compreender o significado da revelação do Alcorão ao profeta Muhammad e a prática que deve ser vivenciada pelo muçulmano contribuem para entender como este vivencia a religião de forma relativamente prescritiva.

As diferenças e as semelhanças entre Sunismo e Xiismo compõem o segundo capítulo, que reflete sobre a sucessão do profeta. A morte de Hussein na Batalha de Karbala, em 680 d.C., entrou na memória cole-

tiva dos xiitas como o episódio mítico de ruptura com os sunitas. Pensar a Shari'a como um código fixo cujo conteúdo seria aplicado sistematicamente em todos os contextos sociais e históricos é equivocado, o que é classificado como costumeiro ou referente à Shari'a varia enormemente entre diferentes grupos sociais e tradições culturais dentro do mundo islâmico (p. 93).

O capítulo três é dedicado ao Sufismo. Pinto atesta que há variações de sufis, mas pode-se afirmar que o Sufismo se baseia na distinção entre duas formas de conhecimento: o saber exotérico (zahiri), que deriva da percepção sensorial do mundo material, e o saber esotérico (batini), atingido através da relação experiencial com a realidade-verdade divina (haqiqa). Na tradição sufi, o conhecimento que é adquirido por esforço intelectual e codificado em discursos é mais superficial e incompleto do que aquele adquirido através da experiência mística e corporificado como parte do *self*-ego individual (p. 102).

Interessante saber que os sufis foram responsáveis pela islamização de lugares sagrados não muçulmanos, venerando figuras sagradas que eram compartilhadas com judeus, cristãos e hindus. O autor ainda revela de que modo a sistematização dos rituais e das doutrinas que emergiram do universo místico do período formativo do sufismo e sua atribuição a certas figuras paradigmáticas criaram condições para a organização das *tariqas* (via mística), a partir do século de um “santo fundador” (p. 109).

Outro capítulo traz as aproximações realizadas pelo autor a respeito dos séculos XIX e XX e são importantes para a reflexão de como os impérios foram se moldando às novas perspectivas. A criação desses Impérios, em termos religiosos, se deu com a expansão e/ou a estabilização territorial de determinadas formas de islã. Assim, o xiismo tornou-se a religião oficial do Irã sob os Safávidas, por exemplo. Pinto afirma que, em termos

culturais, científicos, sociais ou econômicos, os impérios islâmicos não apresentavam nenhum desnível significativo em relação à Europa (p. 122).

O livro traz em seu quinto capítulo alguns dos intelectuais islâmicos: Jamal al-Din al-Afghanis; Muhammad 'Abdu e Rashid Rida revelando um pouco deste islã político tão importante para a sua constituição. Afghanis era defensor de uma reforma islâmica. Assim como foi a reforma protestante, esta deveria suscitar uma união e o progresso dos diversos povos muçulmanos. Este intelectual é considerado o elaborador da ideia de pan-islamismo (p. 142). Rida também via o islã como um universo ético centrado no indivíduo, mas como um quadro moral estruturante da esfera pública.

De acordo com o autor, sobre o Islã nos séculos XX e XXI, pode-se dizer que nesse período a questão do Estado e de modelos “nativos” de soberania ganhou enorme relevância, direcionando a reflexão dos intelectuais muçulmanos para a elaboração do ideário do “islã político” (p. 147), que tem como conceito central o “Estado Político”, cujos antecedentes datam o pensamento de Rashid Rida, ao mesmo tempo em que representa uma ruptura com o equilíbrio tradicional entre o poder político e a moral religiosa tal qual ele se estabeleceu na história islâmica.

Segundo consta, os Irmãos Muçulmanos aderiram fortemente a esta ideologia. Este grupo foi fundado, no Egito, por Hassan al-Banna, professor de escola secundária que, embora tivesse sido introduzido ao sufismo e aos estudos religiosos durante a infância, recebeu uma educação secular e moderna. Seu interesse voltava-se para um movimento social que mobilizasse os egípcios em torno do islã e criasse as bases para a liberdade em relação à Inglaterra. O Estado Islâmico, para al-Banna, seria aquele comprometido com a implementação da lei islâmica (Shari'a), já entendida como um código legal e não apenas como procedimentos jurisprudenciais. O pai do radicalismo islâmico dos anos 1970 foi Qutb, e toda a sua reflexão coloca a ascese e a reforma moral do indivíduo

como pré-condições para a luta política. Deixa o significado de jihad como esforço espiritual e, em caso necessário, luta defensiva contra os inimigos da comunidade muçulmana.

No entanto, na década de 1980, os movimentos políticos apresentaram significativo declínio. Segundo Pinto, um dos motivos se deve à influência saudita, à ausência de ampla base social que permitisse uma mobilização revolucionária e de meios para derrotar militarmente o Estado (p. 166). Na década de 1990, o papel social dos grupos islâmicos cresceu enormemente, adquirindo base social mais ampla. Para esses novos atores, a construção de uma sociedade islâmica não passa pela islamização das instituições, mas sim pela afirmação do islã como quadro normativo para a esfera pública. O discurso sai do plano da política para a moral, e do Estado para o indivíduo.

Afirma-se, portanto, que as autoridades religiosas tradicionais, como os ulemás e os shaykhs sufis, recuperaram sua importância como produtores de significados e modelos culturais.

Temas contemporâneos como Hamas, Hizbollah, Al-Qaida também são tratados por Pinto de forma esclarecedora, fazendo com que o leitor apreenda os significados atribuídos a esses dois partidos políticos, sendo que o autor considera a Al-Qaida mais que uma organização, “é uma referência operacional para o jihadismo transnacional que emergiu a partir da guerra do Afeganistão” (p. 178). O autor não poderia deixar de mencionar o atentado de 11 de setembro às torres gêmeas e a “Guerra ao Terror”, desencadeada pelo governo George W. Bush, que promoveu a ocupação do Iraque e as invasões ao Afeganistão.

Ainda de forma brilhante, o autor aponta a importância da mídia na realização do projeto político e religioso da Al-Qaida, que usa técnicas de mensagem/imagem típicas de videoclipe para atrair a juventude muçulmana do mundo árabe. Assim como na Guerra do Golfo, seus vídeos tomam o lugar da espetacularização.

Para finalizar, Pinto apresenta como no século XX a presença muçulmana cresceu significativamente na Europa Ocidental e na América, sendo que nesta última ela data do período da escravidão. Dotados de uma cultura letrada ou, pelo menos, fazendo parte de uma elite religiosa familiarizada com a escrita, os escravos muçulmanos, afirma o autor, “tinham uma grande capacidade de organização que se expressou nas inúmeras revoltas escravas nas quais tiveram um papel preponderante no início do século XIX” (p. 202). A Revolta dos Malês, em 1835, ocorrida na Bahia, é a mais conhecida.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se às comunidades muçulmanas existentes no Brasil e ao modo como elas vêm enfrentando as mudanças contemporâneas, principalmente com o significativo aumento de novos adeptos à religião – os convertidos – e a forma como eles vivenciam a religião. Há também divergências entre as comunidades islâmicas brasileiras, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu, entre outras. O arabismo mantém presença forte nas comunidades, mas novos grupos começam a se inserir e talvez iniciem a constituição de um Islã brasileiro. Podemos dizer que o Islã vivenciado hoje no Brasil é marcado por uma diversidade cultural árabe, africana e brasileira.

Diante do exposto, o livro representa uma excelente contribuição ao campo religioso brasileiro, trazendo elementos significativos para os pesquisadores interessados na temática islâmica ou, até mesmo, para o público leigo, que também se sente atraído pelo universo islâmico e busca compreendê-lo.

Notas

- ¹ Antropóloga, docente da FFCLRP – USP. Coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes. Pesquisadora do GRAVI e do NAPEDRA. E-mail: franci@ffclrp.usp.br.